



ILHAS MALVINAS: ANÁLISE DE SEGURANÇA E DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

Rogério do Nascimento Carvalho

Mestrando e pesquisador
Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil
rogertheone@gmail.com

RESUMO

A análise que envolve a segurança e defesa das Ilhas Malvinas no Atlântico Sul perpassa pelo viés geoeconômico e geoestratégico. A inserção geopolítica e dos recursos minerais contrasta com a majoração de investimentos militares de Argentina e Reino Unido que podem levar a militarização da região. A recente decisão da Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CLPCONU), que ao ratificar o anseio de ampliação do mar argentino, aprofunda a presente discussão.

Palavras-chave: Ilhas Malvinas. América Latina. Segurança e Defesa.

RESUMEN

El análisis consiste en la seguridad y defensa de las Islas Malvinas en el Atlántico Sur ayuda a pasar por el sesgo geo-económico y geoestratégico. La inserción geopolítica y de los recursos minerales contrasta con la mejora de inversiones militares de Argentina y Reino Unido que pueden conducir la militarización de la región. La reciente decisión de la Comisión de Límites de la Plataforma Continental de la Organización de las Naciones Unidas (CLPCONU), que al ratificar el anhelo de ampliación del mar argentino, profundiza la presente discusión.

Palabras clave: Islas Malvinas. América Latina. Seguridad y Defensa.

INTRODUÇÃO

O presente visa trazer a discussão o novo cenário geopolítico e econômico que as Ilhas Malvinas, território ultramarino do Reino Unido localizado no Atlântico Sul, tem ganhado destaque nessas últimas três décadas.

O arquipélago é, ainda, um território de conflito diplomático entre a Coroa britânica e o Governo argentino, que desde 1833 reivindica o domínio daquela região. Baseando-se no Tratado de Tordesilhas (1492) sendo este, que consignou à Espanha a posse das ilhas e à Argentina como sucessora quando do processo de independência. Ao mesmo tempo, mostrar quais os interesses que levam o Reino Unido a manter essa região sob sua tutela.

Mesmo ciente da recém-descoberta de petróleo e gás na área marítima que circunda as ilhas Malvinas, observa que a questão encontra-se sem solução definitiva em curto prazo. Há de ressaltar aqui o interesse que o arquipélago proporciona no tocante a projeção de poder sobre terra no continente antártico, ao mesmo tempo garantir rotas marítimas para o próprio Reino Unido e seus aliados e organizações internacionais que estejam presentes.

Esse contexto internacional provoca implicações geopolíticas na América do Sul, e, nos últimos anos a Argentina apoiada pelos vizinhos sul-americanos, imprime uma crescente agressividade em sua política externa, baseada no direito internacional e busca junto a organismos internacionais a abertura de negociações para dirimir esta questão.

A maior contribuição do presente trabalho será em ofertar um olhar mais crítico, dentro do meio acadêmico, acerca de países como o Reino Unido¹, analisando a sua geopolítica e sua influência no Atlântico Sul, cujo recorte físico é estabelecido na região do arquipélago que envolve as Ilhas Malvinas², bem como apontar diretrizes para as novas riquezas descobertas nesta área e seus consequentes conflitos.

É pela vertente de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, quantitativa que se buscará

¹ Reino Unido - Entende-se por Reino Unido o conjunto de países que são formados pela Inglaterra, País de Gales e Escócia (estes formando o que conhecemos por Grã-Bretanha) mais a Irlanda do Norte, cujo nome oficial é Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Trata-se de um Estado soberano e para efeitos deste trabalho as referências utilizadas recairão na nomenclatura “Reino Unido”. Cabe aqui uma observação de que em relação a competições esportivas, com exceção dos Jogos Olímpicos, estes países competem cada um sob a sua bandeira, ou seja, separadamente, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol.

² Ilhas Malvinas (Falkland) - As Ilhas Malvinas estão localizadas abaixo do paralelo 50°S, cerca de 740 quilômetros a leste da Argentina, a 480 km a noroeste extremo sul da América do Sul. Um arquipélago formado por duas ilhas maiores e outras 200 ilhas menores, que totalizam uma área de 8.704 km²

aprofundar o conceito da geopolítica britânica, bem como a questão da legalidade ou ilegalidade da posse britânica faces abordadas no presente trabalho.

REINO UNIDO: controle de área marítima no entorno das Ilhas Malvinas

O Reino Unido é formado por ilhas e não está conectado fisicamente com o continente europeu. Este possível isolamento lhe deu vantagens marítimas, e aos britânicos a buscar por transporte de bens comerciais e uma forma de superar a fragilidade que possuem nas suas terras, que são pobres para a prática agrícola.

Com a força direcionada ao transporte marítimo, a consequência lógica foi o desenvolvimento de uma forte marinha de guerra, que vai dar aos britânicos o domínio dos mares e o poder marítimo, já no século XVIII.

Segundo Mahan (1987), expõe que a exploração das riquezas do mar é feita pelos Estados que possuem o domínio do mar, expressado por meio de seu poder naval, por isso a importância de desenvolver a Marinha de Guerra, que vai proteger as linhas de comunicação e dissuadir eventuais inimigos, por isso, o Reino Unido vai buscar possuir uma rede de bases navais no mundo, e na região do Atlântico Sul se localizará nas Ilhas Malvinas.

Toda essa precaução visa não perder o controle marítimo dos mares do mundo e de garantir o comércio britânico, o que deixaria o Reino Unido com visibilidade global, bem como o de possuir influência na região do Atlântico Sul.

Através de uma análise dos documentos oriundos do Governo britânico que envolvem a sua geopolítica encontraremos no “*The Strategic Defence and Security Review*” (2010), a maneira como o Reino Unido defende os territórios ultramar, em especial no Atlântico Sul, e afirmar sua rede de bases operacionais.

A importância geopolítica do Atlântico Sul para o Reino Unido, no período da Guerra Fria (1947-1989), pode também ser observada por três enfoques: o primeiro dado pela nacionalização do Canal de Suez, em 1956, pelo Egito, seguido pelo processo de independência de países da costa atlântica da África, e por fim, o interesse da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na região, hoje substituída pela China.

Na mesma época em que as Malvinas fora objeto de um conflito armado, ocorrido em 1982³, vencido pelo Reino Unido, onde atualmente é objeto de crescentes protestos por parte da Argentina, logo esta tensão pode levar a exacerbação de um conflito que se encontra não resolvido.

As questões que surgem oriundas deste conflito repousam no ditame de recentes descobertas de petróleo e gás natural que levam o Reino Unido a majorar consideravelmente seus investimentos militares na região, na área de segurança. As recentes descobertas de petróleo na região podem aumentar o tráfego comercial no Atlântico Sul, em especial nas Ilhas Malvinas, visto que a geração de divisas representam US\$ 40 milhões, sendo estes majoritariamente advindos da pesca (60%), em seu Produto Interno Bruto e que podem alcançar a cifra de US\$ 180 bilhões (GARCIA, 2013).

Com essas novas descobertas, há novos contornos geopolíticos que hodiernamente vão aflorar novos debates acerca da legalidade ou ilegalidade da posse britânica nas Ilhas Malvinas, e o interesse da Argentina em promover junto à comunidade internacional seus anseios de retomada das ilhas, valendo-se de argumentos históricos que remontam ao Tratado de Tordesilhas (1492)⁴, e da invasão britânica em 1833.

Para o Reino Unido, a posição estratégica das Ilhas Malvinas no Atlântico Sul possui o condão de recuperação de seu dinamismo econômico, o que será proporcionado pela exploração dos recursos naturais oriundos do arquipélago, que ganha força com as descobertas de reservas petrolíferas, aumentando a importância desta área localizada ao sul do continente americano; que é um aporte estratégico militar e econômico sobre os mares e oceanos que se encontram.

A fim de obter uma melhor compreensão acerca do domínio britânico é salutar discorrer sobre a importância da proteção do tráfego marítimo. O Reino Unido, discernindo acerca de que sua posição privilegiada nas Ilhas Malvinas lhe proporciona o controle do Cabo Horn e do Estreito de Magalhães – que são importantes na rota da travessia Atlântico-Pacífico e, por conseguinte, lhe dá acesso privilegiado aos mercados asiáticos.

Alfred Mahan influencia toda uma geração de pensadores no tocante ao poder marítimo, e países como o Reino Unido vão utilizar para justificar o controle do mar pelos quatro cantos do globo, pois a manutenção do poder naval era primordial; portanto, o Reino Unido encontra-se dentro do pensamento exarado por Mahan o escopo para dominar a área das Ilhas Malvinas.

Desta maneira, corrobora o posicionamento de Reis (2014), que denota a necessidade da presença

³ Guerra das Malvinas foi um confronto armado iniciado em 02 de abril de 1982 e encerrado em 14 de junho do mesmo ano.

⁴ Tratado de Tordesilhas (1492), no qual foi estabelecido a divisão do Novo Mundo entre as Coroas Ibéricas

e visibilidade para garantir, através da superioridade naval, uma projeção de poder perante o mundo, o que lhe deixa com posição de respeito diante de outros Estados.

Para melhor elucidação da aplicação da geopolítica, recorremo-nos à teoria de Spykman, no qual ele expõe que a América poderia sofrer invasão tanto de europeus, ou seja, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que era considerada a ilha-mundo, quanto de asiáticos. Sua Estratégia da Contenção visou barrar esses atores das Américas. Interpretando essa teoria em nosso estudo, dessumimos que o cordão de ilhas pertencentes ao Reino Unido no Atlântico Sul, e onde uma das extremidades está localizada as Ilhas Malvinas, serve a este propósito até os dias atuais.

A motivação britânica para justificar sua presença nas Ilhas Malvinas perpassa pelo pressuposto de dominação no Atlântico Sul. Todavia, a posição geográfica das ilhas representa para o Reino Unido uma estratégia para dissuadir a presença de demais potências em ascensão, que denota o anseio britânico pelo domínio dos oceanos do mundo (MELLO, 1999).

Entretanto, as posições supracitadas estão mais focadas nas razões de cunho militar, o que era mais pertinente até o período das Grandes Guerras Mundiais do século XX (1914-1918 e 1939-1945), pois houve batalhas entre britânicos e alemães. Todavia, esse panorama alterou para um viés econômico, e nos dias atuais a atividade pesqueira e turística movimentam as Ilhas Malvinas e a perspectiva do impacto da descoberta de recursos energéticos é manter o interesse do Reino Unido pela área.

Robson (apud OLIVEIRA, 2011) assevera que na região do Atlântico Sul há uma disputa fronteiriça nas Ilhas Malvinas que pode evoluir para um conflito marítimo cujo objetivo é o potencial para exploração de recursos.

ILHAS MALVINAS: um território ultramarino britânico

Mackinder (1902), célebre inglês que ficou conhecido pela teoria do poder terrestre, faz uma abordagem pertinente acerca da presença britânica em seus territórios ultramar e assim afirma:

Thus the Mediterranean fleet, while maintaining the imperial road, subserves also the purpose of the defence of the island. Owing to the continuity of the ocean and to the consequent mobility of sea power, the same may be said of every British squadron, whether in the Indian Ocean, at the Cape, in the China seas, in the Australian seas of the Pacific Coast of America, in the West Indies, or at the Falkland Islands. The strength of each is adjusted to the number of foreign ships in the same waters, because each foreign ship in a distant sea is absent from the neighbourhood of Britain itself.⁵

As ilhas pertencentes ao Reino Unido no Atlântico Sul remontam a aspectos importantes, como a necessidade de ter pontos de passagem para suas possessões na Ásia. Como ilustra Reis (2014, p. 35), estas ilhas "transmite uma mensagem simbólica do poder do Estado no mar. É um exemplo prático e real do Sea Power como concepção política e estratégica".

Segundo Lanus (2001), acerca da invasão britânica vai se referir sobre a ocupação das Ilhas Malvinas em 1833, tinha uma ambição estratégica difícil de ser compreendida naquele momento. Entretanto, podemos facilmente deduzir que o Reino Unido já estava imbuído de pretensões sobre o continente antártico, além do tráfego comercial e marítimo.

Sobre a pretensão na Antártida, Lanus (1984), vai afirmar categoricamente que este continente terá atenções redobradas nos próximos anos, vez que o Reino Unido possui bases de pesquisas e possui uma contenda territorial de superposição com a Argentina, notadamente entre os meridianos 20° a 80° oeste.

Entretanto, com o protesto argentino questionando a soberania das ilhas e o conflito armado nos anos 80, o Reino Unido vai procurar formas para manter esse território chave sob sua influência.

É interessante ressaltar as razões da importância das Ilhas Malvinas para o Reino Unido; esta reside no fato de que as ilhas representam a base territorial mais importante do Atlântico Sul Oriental, além de ser o centro de uma das últimas áreas de pesca do Hemisfério Sul.

⁵ Assim, a frota mediterrânea, mantendo ao mesmo tempo a estrada imperial, subserve também o objetivo da defesa da ilha. Devido à continuidade do mar e para a consequente mobilidade do poder naval, o mesmo pode ser dito de cada esquadra britânica, quer no Oceano Índico, no Cabo, nos mares da China, nos mares australianos da Costa do Pacífico de América, nas Índias Ocidentais, ou nas Ilhas Malvinas. A força de cada um é ajustada ao número de navios estrangeiros nas mesmas águas, porque cada navio estrangeiro em um mar distante está ausente da vizinhança da própria Grã-Bretanha. (tradução nossa)

Gray (2006, p. 69) ao evidenciar acerca do passado do poder marítimo britânico relevante a este estudo, expõe:

A study of the British experience with sea power over the past four centuries yields a rich haul of strategic history for careful exploitation by theorists. provided general propositions about the land and sea, and later the air, are recognized always to have applicability governed by local detail, the realms of strategic theory and history can cooperate to mutual advantage. Viewed in the context of statecraft and conflict as a whole, British sea power over several centuries is a treasure trove of historical evidence which positively beckons for broad-gauged interpretation.⁶

Igualmente, apontaremos e discutiremos alguns dos problemas de soberania na região e como os atores locais a interpretam de maneira a lhes favorecer em suas pretensões. Atualmente há uma dimensão que envolve outros países fora da área desta discussão, como a Rússia e a China, o que mostra a importância em nível mundial do Atlântico Sul nos dias atuais.

A GEOECONOMIA E A GEOESTRATÉGIA NAS ILHAS MALVINAS

O Reino Unido possui interesse nas Ilhas Malvinas como uma possível alternativa de riquezas, o que é confirmado pela recém-descoberta de petróleo e gás na região, e por isso, o controle e a presença no Atlântico Sul são vitais para o acesso (e defesa) a estas descobertas, o que justifica as volumosas somas de investimento militar britânico em ascensão na região. Há de se ressaltar aqui o interesse que o arquipélago proporciona no tocante a projeção de poder sobre o continente antártico.

Prevalecia no parlamento britânico, em fins da década de 70 do século passado, que a descoberta de jazidas nas Ilhas Malvinas deveria ser objeto de uma maior atenção do Reino Unido. Neste ínterim, Margheritis (1991, p. 119), sintetiza essas preocupações e assim descreve: “manter uma presença constante e ativa na defesa de seus interesses estratégicos no Atlântico Sul e como uma das possíveis fontes de sustentação das Ilhas”

⁶ Um estudo sobre a experiência britânica com o poder do mar ao longo dos últimos quatro séculos proporciona uma rica curso da história estratégico para a exploração cuidado pelos teóricos. fornecida proposições gerais sobre a terra e o mar, e mais tarde o ar, são reconhecidas sempre ter aplicabilidade regido por detalhe local, os reinos da teoria estratégica e história podem cooperar para benefício mútuo. Visto no contexto da política e do conflito como um todo, o poder marítimo britânico ao longo de vários séculos é um tesouro de evidência histórica que acena positivamente para a interpretação ampla aferida (Tradução nossa).

Moniz Bandeira (2012) destaca o trabalho da British Geological Survey, que em 1993 anunciava no entorno de 200 (duzentas) milhas das ilhas Malvinas existiriam reservas capazes para uma produção de 500.000 barris/dia (NIKANDROV, 2010 apud BANDEIRA, 2012).

Este entorno estratégico malvinense, confirmado o volume de extração de petróleo de referida área, permitirá ao Reino Unido vencer os obstáculos econômicos, proporcionando novo impulso e dinamismo à sua economia e voltar a figurar como uma das maiores riquezas do globo.

Acredita-se que a receita oriunda da exploração do petróleo pode quadruplicar a receita atual das Ilhas Malvinas, que atualmente está calcada nas atividades de pesca e de turismo e que essas atividades somadas geram anualmente cerca de 120 milhões de euros ao Produto Interno Bruto das ilhas. (GARCIA,2013).

A Geoeconomia que está também em debate nas Ilhas Malvinas, está além da descoberta e da prospecção de petróleo, de gás e de nódulos polimetálicos. Não podemos nos olvidar que a biodiversidade, especialmente no limiar deste novo século vem ganhando força, porém seu valor de suas riquezas é incalculável, sendo de extrema importância aquele que deter a soberania das Ilhas Malvinas o manejo de divisas, seja com o patenteamento de novas substâncias ou mesmo com o comércio de novos produtos.

Essas riquezas crescem às aquelas existentes na região, que são a criação de ovelhas, a caça de focas e baleias, além da atividade pesqueira. Se somarmos todas essas possibilidades aventamos um arcabouço capaz de ressaltar a importância do arquipélago, bem como com a projeção de poder no território antártico, o que justifica o incremento britânico com investimentos militares crescentes na região. (CAROU, 1995; CABRAL, 2015; HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2012).

Entretanto, o valor geoestratégico na área reside pelas Ilhas Malvinas representarem uma das opções viáveis e navegáveis constantemente entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, e que possui vantagens comparativas em relação a outras duas opções, como a guisa de exemplo o Oceano Ártico, ao norte das Américas que permanece intrafegável durante o inverno, e ao Canal do Panamá que pode ter sua navegação fechada por instabilidade política, como ocorreu com o Canal de Suez, no século passado. (CAROU, 1995).

Igualmente, ao verificarmos a travessia do Atlântico para o Índico temos la robusta base militar inglesa instalada nas Islas Malvinas, cuando triangulada com otras islas del Atlántico Sur y próximas de la costa africana, también ocupadas por bases inglesas,

constituye um tapón blindado para el flujo marítimo, tanto comercial quanto militar, que circula por el sur del continente africano, actualmente tránsito obligatorio para mas del 80% del comercio chino que circula por el mundo (SAINT-PIERRE, 2012, p. 21-22)

A GUERRA DAS MALVINAS: o reforço da geopolítica Britânica no Atlântico Sul

A Guerra das Malvinas (1982) significou uma mudança de paradigma britânico no Atlântico Sul. A rápida campanha militar orquestrada pelo Reino Unido com apoio de seus aliados fez com que sua estratégia político-militar fosse revista, com maiores incrementos, visando proteção de seus interesses, como já exposto no item anterior.

Porém, há outro viés que merece nossa atenção. Se analisarmos a política doméstica inglesa, perceberemos que a vitória teve impacto na recondução de Margareth Thatcher ao posto de primeira-ministra, que outrora desprestigiada antes da Guerra, consegue reverter este quadro e impor sua política neoliberal e de privatizações naquele país. Para este feito, mister o apoio estratégico do Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos da América e do ditador chileno General Augusto Pinochet. (SAINT-PIERRE, 2012).

Igualmente, a derrota argentina significou o fortalecimento da política do governo britânico no seu plano interno, ou seja, “serviu de bandeja ao governo Thatcher a oportunidade de revitalizar-se em seu próprio chauvinismo” (O’DONNELL, 1982, p.13).

Ambos os países, Reino Unido e Argentina viviam crises políticas em 1982 e a guerra foi vista como elemento catalisador para recuperar o espaço na conjuntura interna. A Argentina, que estava sob regime militar utiliza-se do moto nacional na qual informa que as Ilhas Malvinas pertencem ao povo argentino, tendo em vista angariar apoio e proveito de aprovação popular e a manutenção do regime.

Por outro lado, o Reino Unido, como outrora exposto, tinha na chefia de Governo a primeira-ministra Margareth Thatcher que estava com dificuldade no plano interno e se utiliza do episódio da retomada das Falklands (como os britânicos se referem às Ilhas Malvinas) para reconquistar apoio popular a seu Governo, o que ocorreu com sucesso.

A Argentina, o Reino Unido e as Ilhas Malvinas estavam econômica e politicamente vulneráveis e a crise surge para o Reino Unido como oportunidade de recuperação de seu prestígio (GAMBA,1987), por isso, o apoio logístico dos Estados Unidos da América foi crucial para a rapidez do fecho do conflito, bem como o Chile, que possuía contendas com a Argentina devido a questão do canal de Beagle.

Neste ínterim, a aliança feita na Guerra pelos britânicos foi responsável pela não observância do TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado pelos países das Américas, em 1947, que previa o apoio dos países americanos em caso de agressão a um membro por país de outro continente; a Argentina recorre ao TIAR, mas sem obter sucesso.

Entretanto, a Geopolítica britânica para as ilhas Malvinas, que pertencem aos denominados – South Atlantic Overseas Territories – sofreu alteração após o conflito, e requerem atenção aos documentos de Estratégia de Segurança Nacional Britânica de 2010 (HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2010), os quais apresentam as projeções de investimentos para garantir a defesa marítima do Reino Unido e de seus territórios no Atlântico Sul.

Tais premissas atendem ao objetivo nacional de segurança britânico que possui três enfoques: a proteção aos cidadãos britânicos, incluídos também aqueles que vivem no exterior (o que inclui os habitantes das ilhas Malvinas); a proteção à influência global que o Reino Unido exerce; e a promoção da prosperidade.

Nesta seara, YANAKIEW (2015) informa que os investimentos britânicos para os períodos de 2015 a 2025 serão da ordem de \$280 milhões de libras esterlinas (aproximadamente R\$ 1,3 bilhões), exclusivamente para a defesa das Ilhas Malvinas e aquisição de equipamentos militares mais modernos, em substituição aos arcaicos (basicamente helicópteros de transporte) e mísseis antiaéreos, bem como na manutenção da tropa com cerca de 1.200 (mil e duzentos) militares, o que corresponde a quase metade da população das Ilhas.

Esta preocupação se deve a aproximação da Argentina com a Rússia, que ao fornecer apoio e equipamento militar vai de encontro com a premissa britânica de defender o modo de vida dos kelpers, o que pode levar ao agravamento da tensão nos próximos anos.

O APOIO DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS EM DEFESA AO PLEITO ARGENTINO E A RECENTE DECISÃO DA COMISSÃO DE LIMITES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A política externa dos países da América do Sul, em especial o Brasil dá apoio aos protestos da Argentina em relação às Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgia do Sul. Este conflito latente é o

principal foco que envolve um país extra região e que olhos que vão além do Atlântico Sul. A OTAN⁷, manifesta-se claramente no sentido de assegurar o controle do Atlântico Sul para preservar o interesse nas riquezas a serem descobertas, e conseqüentemente, exploradas.

Com a exploração de petróleo na região pelo Reino Unido, a Argentina vai buscar nos foros regionais do MERCOSUL⁸ e UNASUL⁹ apoio, e que por sua vez, vão corroborar com o anseio argentino. Pela primeira vez há de se contabilizar apoio sul americano ao pleito argentino e a conseqüente repulsa a pretensão britânica na região.

Este apoio vai de encontro ao desejo dos países sul-americanos em deixar consignado que a região tem o ethos pacífico, por isso o apoio uníssono à Argentina. Digno de nota que à época do conflito de 1982, a Argentina não pode contar com este vigoroso apoio devido a intensa dependência de países como o Brasil da economia britânica e norte-americana e não queria contabilizar o ônus para si de eventual derrota argentina, o que de fato, ocorreu.

Apesar de não haver o apoio explícito, algumas operações foram realizadas e ajuda logística à Argentina; porém, sem mobilizar nossas tropas e nossos armamentos.

No caso do Brasil, nossa política externa já está orientada desde 1833 onde permanece consignada a posição histórica brasileira e mesmo com argumento britânico que pugna pelo princípio da autodeterminação dos povos, e este deve ser afastada porque não há no que afirmar que nas Ilhas Malvinas havia uma população perene, por isso, há de se levar em consideração que a Argentina é a prejudicada nesta contenda, portanto, a decisão final deve estar com substrato no princípio da integridade territorial dos Estados.

Em paralelo a essas parcerias também é preciso ressaltar que o Brasil através do MERCOSUL:

⁷ OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou NATO (North Atlantic Treaty Organization) é uma organização militar que se formou no ano de 1949, que visa garantir a segurança militar no continente europeu e exercer influências nas decisões geopolíticas da região. Hoje formada pelos países Alemanha Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Países Baixos, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia, Hungria, Polônia, República Tcheca, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e a Eslovênia.

⁸ Mercado Comum da América do Sul que surgiu através do Tratado de Assunção, em 1991, numa parceria entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Hoje o bloco econômico conta ainda com os Estados Associados: o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004); Guiana e Suriname (2013) e a Bolívia (em processo de adesão)

⁹ A UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) é um bloco, criado formalmente em 23 de maio de 2008, que visa a fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela –, além da participação, como observadores, de dois países da América Latina: México e Panamá.

Argentina, Uruguai, Paraguai e agora a Venezuela, UNASUL e na ALBA dá apoio às pretensões argentinas, pois somente com a restauração da soberania argentina, haverá o respeito à cultura e as tradições e não a perpetuação da colonização que se tem mostrado permanente.

Como é caso de ações que reforçam esse apoio ao governo argentino, como a determinação do Presidente da UNASUL que proibiu o atraque de navios com bandeira das Ilhas Malvinas em portos de países do bloco (ESTADO S. PAULO, 2011).

Enquanto o Estado argentino tenta através de uma negociação por intermédio das Nações Unidas em assumir definitivamente o arquipélago, o Reino Unido se recusa em participar de negociações para um possível acordo entre os dois países. Reflexo que se deu no plebiscito ocorrido em março de 2013, no qual os kelpers (moradores das Ilhas Malvinas) optaram por 98,8% pela permanência como área dependente do governo inglês (GLOBO.COM, 2013).

Como defende Esse & Rodrigues (2013, não paginado):

o ponto mais crítico da disputa não é apenas a pretensão territorial, mas sim a colonização pelos britânicos das ilhas. É em virtude desta colonização que, a população ali já existente, se considera britânica e não Argentina, por se identificar em todos os aspectos culturalmente, muito mais com o país Europeu, do que com o país mais próximo que a reivindica. Tal consideração pelos moradores da ilha, já foi provada inúmeras vezes, através de consultas realizadas junto à população e, esta reafirmou a inexistência de interesse de pertencer ao país sul-americano.

A redefinição marítima na região das Ilhas Malvinas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPONU) traz o incremento da ordem de 1,7 milhões de quilômetros quadrados ao mar argentino e no disposto as áreas em litígio serão reforçadas as pretensões argentinas, visto alcançarem a região das Ilhas Malvinas e Geórgia do Sul, conforme delimitação de 350 (trezentos e cinquenta) milhas náuticas, bem como a exclusividade na exploração de recursos.

Por outro lado, o governo britânico busca desqualificar a decisão, ao afirmar categoricamente que esta apenas possui caráter consultivo e de que o CLPONU não poderia fazer tal intervenção pelo questionamento quando da presença de interesses antagônicos em disputa, e ainda, tal decisão não implica e nem afeta seus direitos à riqueza da região. (GOUVEIA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, o conflito aqui apresentado é resultado de uma disputa antiga que envolve dois Estados Soberanos (Reino Unido e Argentina), que procuram meios para justificar seu anseio. O Reino Unido utiliza da geopolítica de controle dos mares como motivação para estabelecer sua presença em terras tão longínquas. A Argentina, por sua vez, contesta ao afirmar que as ilhas são parte integrante de seu território.

A geopolítica britânica, no caso específico do Atlântico Sul e na região das Ilhas Malvinas tem um viés notadamente exploratório, pois o Reino Unido ao usar de sua política marítima global e expansionista busca a obtenção de recursos que possam manter a sua própria indústria e, por conseguinte, o seu desenvolvimento.

Com a descoberta de riquezas, agravam-se os ânimos. Há de se ressaltar que atualmente a Argentina possui o apoio de seus vizinhos ao seu pleito, que a deixa em posição mais sólida. Não só a soberania das Ilhas Malvinas está em cheque, bem como a forma de exploração de riquezas oriundas da região.

Ao ressaltar a descoberta de novas riquezas, temos consciência que a prosperidade econômica de um determinado povo depende da forma e da maneira de como sua riqueza é explorada ou por quem a faz. No caso em tela, a Argentina é prejudicada pela exploração efetuada pelo Reino Unido, pois a retirada de riquezas não auxilia no desenvolvimento de políticas para quem de direito deveria auxiliar.

Denota-se que as possibilidades de riquezas da região acossam os países a buscarem apoio para satisfazer suas necessidades econômicas e estratégicas e as recentes decisões tanto da Comissão de Limites das Nações Unidas, como o “Brexit” do Reino Unido dentro do seio da União Europeia irão impulsionar as discussões e dar fôlego as pretensões portenhas no caso em tela.

Igualmente, a forma como o Reino Unido construiu um arcabouço cultural com os habitantes das ilhas, eventual processo de transferência de soberania ou até mesmo o estabelecimento de soberania compartilhada pode se transformar em um processo doloroso, até porque o sentimento anti-Argentina se manifestou com uma acachapante vitória no plebiscito na qual os kelpers manifestaram interesse em permanecer sob conforto britânico.

Trata-se de um território que possui possibilidades de riquezas, estrategicamente importante, na qual os países da América Latina deveriam olhar com maior atenção, pois indiretamente também afetam seus interesses e ao projetar poder sobre terra no continente antártico, dessume-se que há muito a se

explorar e conhecer e por isso mister a defesa da América Latina como um todo, livrar do julgo do colonialismo europeu.

Esses movimentos que se fazem no xadrez da geopolítica global, tal como o incremento de gastos militares da Argentina e do Reino Unido, a aproximação de países como a China, que já possui fortes investimentos na África e vem apresenta interesse na Argentina, a decisão norte-americana de reativar a Quarta Frota no Atlântico Sul, mostram a importância do estudo em questão, bem como a atenção que nossos países da América Latina precisam atentar nesse século que se principia.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. A. Moniz. **Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica**. Revista Espaço Acadêmico, ano 11. n. 132, p. 157-165, maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../9113>> Acesso em: 6 jun. 2014.

BLOCO proíbe navios com bandeiras da Ilhas Malvinas. **Estado De São Paulo**. Economia, 21 de dez de 2011. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bloco-proibe-navios-com-bandeira-das-ilhas-malvinas-imp-,813622>> Acesso em: 15 jul. 2015.

CABRAL, Francisco Sarsfield. **Rússia e Falkland (Malvinas)**. Radio Renascença. Lisboa, 2015. Disponível em: <http://rr.sapo.pt/opiniao_detalle.aspx?fid=34&did=182766> Acesso em: 28 abr. 2015.

CAROU, Heriberto Cairo. **La construcción social del conflicto territorial argentino-británico**. Editorial Novo Século, 1995.

ESSE, Luis Gustavo; RODRIGUES, Daniel Gustavo de Oliveira Colnago. Soberania nas Malvinas: autodeterminação dos povos versus direito territorial histórico. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 122, mar 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14504>. Acesso em ago 2015.

GAMBA, Virginia. **The Falklands/Malvinas War**. A model for north-south prevention. Winchester: Allen & Unwin Inc., 1987.

GARCÍA, Viviane. Petróleo e turismo podem ser futuro econômico das Malvinas. **Exame**. Mundo. 13 mar. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/petroleo-e-turismo-serao-futuro-economico-das-malvinas>> Acesso em: 17 jul. 2016.

MALVINAS aprovam domínio britânico: Moradores querem que território permaneça sob domínio do Reino Unido. 'Sim' teve 98,8%, mas Argentina considerou votação ilegal. G1. Mundo, 11 mar 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticias/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>> acesso em 20 de jul 2015

GOUVEIA, José Fialho. **Malvinas passam a fazer parte da plataforma continental argentina**. Diário de Notícias. Mundo, 30 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/malvinas-passam->



a-fazer-parte-da-plataforma-continental-argentina-5099866.html> Acesso em: 30 set. 2016.

GRAY, Colin. **Strategy and History**. Essays on theory and practice. New York: Routledge, 2006.

HER Majesty'S Government. **Ministry of Defence**. Overseas Territories. The Ministry of Defence's Contribution. Directorate-General Security Policy. London, 2012.

_____. **Securing Britain in an Age of Uncertainty**: The Strategic Defence and Security Review, 2010 . London: Her Majesty's Stationery Office, 2010.

LANUS, Juan. **Archibaldo. Aquel Apogeo**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2001.

_____. **De Chapultepec al Beagle**. Buenos Aires: Emecé Editores. 3. ed. 1984.

MACKINDER, John Halford. Britain and British seas. New York: D. Appleton and Company, 1902.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon history 1660-1783**. New York: Dover Publication, 1987.

MARGHERITIS, Ana. Os recursos energéticos das ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.13, n.1, jan/jul 91, p. 111-132. 1991. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Margheritis_vol13n1.pdf> Acesso em: 17 jul. 2015.

MELLO, L I A. Quem tem medo da Geopolítica. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1999.

O'DONNELL, G. A. **Argentina antes e um pouco depois das Malvinas**: novos estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, n. 4, p.9-14, Nov. 1982.

OLIVEIRA, M. A. G. (org.). **Comparando a defesa sul-americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

REIS, R G G. **Atlântico Sul e Amazônia Azul**: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: 2T, 2014.

SAINT- PIERRE. Héctor Luis. **30 Años de Malvinas**: entre la fuerza y la diplomacia. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). Argentina Hoje. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

YANAKIEW, Monica. **Grã-Bretanha vai investir mais de R\$ 1 bilhão na defesa das Ilhas Malvinas**. Empresa Brasil de Comunicação Notícias. Brasília, 24 mar. 2015. Disponível <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/gra-bretanha-vai-investir-mais-de-r-1-bilhao-na-defesa-das-ilhas-malvinas>> Acesso em: 30 set. 2016.